

ROLA NA RAMPA



Manifestantes iniciam ato no centro de São Paulo

Primeiro ato contra o aumento da tarifa tem repressão da PM

Cerca de 4 mil paulistanos foram às ruas na quinta-feira, 6/6, para protestar contra o aumento da tarifa das passagens de ônibus e metrô da cidade, que subiram ambas para R\$3,20. Militantes do Movimento Passe Livre, assim como de diversos partidos e coletivos, concentraram-se na frente do Teatro Municipal de São Paulo e saíram em marcha em direção à prefeitura. Gritando palavras de ordem sobre o aumento considerado abusivo, os manifestantes desceram até a avenida 23

de Maio, onde fecharam uma das pistas com uma barricada de fogo. Após as chamadas bloquearem a passagem de qualquer veículo, a Tropa de Choque entrou em ação contra os manifestantes, atirando bombas de efeito moral e spray de pimenta, além de balas de borracha. O movimento, dispersado, ganhou força novamente na avenida Paulista, onde a repressão policial apareceu novamente. Durante o fechamento desta edição, nova manifestação estava programada para o bairro de Pinheiros.

Professora da PUC-SP ministra curso de Neurociência

A Professora Carla Tieppo, do departamento de Psicologia, ministrará o curso de Neurociência Aplicada à Educação e Introdução em Neurociência para as turmas de 2013. O curso de Neurociência Aplicada à Educação visa aprofundar o entendimento dos educadores sobre os mecanismos neurais relacionados ao aprendizado, memória, aos comportamentos de risco, tomada de decisão e atenção. A parte presencial do curso será às segundas-feiras entre os dias 10/6 e 1/7, das 19h30 às 23h (Rua Eduardo Amaro, 152 conjunto 74 - São Paulo). O curso a distância, online, será às quartas-feiras, até 9/7, das 19h30 às 23h, e deverá ser acompanhado via

webconferência. Já o curso de Introdução em Neurociência irá tratar de conteúdos neuroanatômicos e neurofuncionais com abordagem didática simplificada sem reduzir a complexidade do sistema nervoso, além de oferecer uma discussão transdisciplinar para aprofundar o entendimento das relações cérebro-mente. O objetivo do curso é habilitar o aluno a aplicar o conhecimento nas suas práticas, quer sejam pedagógicas, diagnósticas ou terapêuticas. O curso será presencial e acontecerá aos sábados, até 29/6, das 9h às 18h, no mesmo endereço. Para mais informações, escreva para contato@ineditacursos.com.br ou acesse o site www.ineditacursos.com.br.

5ª Festa Junina Solidária acontece em Barueri

O campus Barueri realiza no dia 15/6, a partir das 16h, a Festa Junina Solidária 2013, com apoio da Prefeitura Municipal de Barueri. Os ingressos para a festa custam R\$3 (antecipado) e R\$5 (na porta), e podem

ser adquiridos na secretaria ou nos centros acadêmicos do campus Barueri (Av. Sebastião Davino dos Reis, 786). Todo o dinheiro será revertido para a campanha do Agasalho realizada na região.

Centro de ex-alunos promove reunião preparatória

Todos os ex-alunos da PUC-SP estão convidados a comparecer na 3ª reunião de planejamento do 24º Encontro de Ex-alunos, ainda sem data definida. A reunião acontecerá na terça-feira, 18/6, às 19h30, no auditório Paulo VI, na Biblioteca do campus Perdizes. Após a reunião, às 20h30,

acontecerá a palestra sobre finanças pessoais, ministrada pelo analista André Moraes. Os ex-alunos devem confirmar sua presença na reunião e na palestra pelos telefones 3670-8287 e 3670-8419, ou pelo e-mail exalunos@pucsp.br. Para mais informações, acesse www.pucsp.br/ex-alunos.



Estudantes participam da plenária final do 53º Conune

Estudantes participam do 53º Congresso da UNE

Diversos estudantes da PUC-SP viajaram para Goiânia no feriado de Corpus Christi para participar do 53º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes, entidade que se coloca enquanto representante do conjunto dos estudantes brasileiros. Após as eleições para determinar os delegados da universidade, os membros das três chapas concorrentes se organizaram para o congresso, que acontece a cada dois anos e teve a presença de mais de 10 mil estudantes de todo o país,

discutindo temas atuais que interferem na sociedade, como educação, transporte público, saúde e opressões. A votação registrou a vitória de Vic Barros, pernambucana e estudante de Letras da USP, eleita presidente da UNE até 2015. No próximo final de semana, entre 14 e 16/6, ocorrerá o ConUEE-SP, Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, para deliberar ações locais, também com a presença de delegados e estudantes da PUC-SP.

ELEIÇÕES GERAIS

CONSUN MANTÉM FÓRMULA QUE DIMINUI PODER DO CORPO DISCENTE

A reunião extraordinária do Consun, de 5/6, representou mais um retrocesso no processo democrático da PUC-SP. Como de hábito, a reitor nomeada deixou os assuntos mais polêmicos para o fim da sessão quando o tempo se torna exíguo.

Dessa maneira, depois do meio dia (teto da reunião) partiu-se para a discussão do recurso do professor Marcelo Figueiredo que criticava o novo critério de ponderação que poderia prejudicar os estudantes. O pedido contou também com um parecer solicitado pelos estudantes a um professor da USP, especialista no assunto que comprovou a perda de peso dos estudantes.

O relator do processo, o funcionário Paulo Colla, encaminhou pela não aceitação do recurso, sem uma análise mais profunda do laudo apresentado pelos estudantes, mas alicerçando-se em outro estudo, elaborado pelo professor Roland Veras Saldanha.

O professor Marcelo Figueiredo defendeu o seu recurso afirmando que os conselheiros teriam sido induzidos a erro na proposta da professora Maria Amália Andery, pois não tinham

conhecimento que a fórmula rebaixaria o peso dos estudantes. Já o professor Luiz Augusto de Paula, o Tuto, defendeu a manutenção dos critérios aprovados na sessão anterior, pois, no seu entendimento, embora a nova fórmula diminua o poder do corpo discente, reequilibra o peso dos outros setores e impede a possibilidade de formação de "currais eleitorais".

Segundo os defensores da proposta, na medida em que um maior número de estudantes vote a paridade será mantida, porém, se se mantiver como critério principal o número total de estudantes, como acontecia anteriormente, seu peso será ampliado. Assim, a proposta favoreceria à participação, porém seus defensores esqueceram que ela desconsidera o voto nulo ou a opção pelo não voto como manifestação democrática de um setor.

Ao final foram registrados 14 votos em favor da manutenção da proposta e oito contra. O conselheiro Vidal Serrano, porém, encaminhou a formação de uma comissão do Consun para, depois das atuais eleições, elaborar critérios definitivos para todos os processos eleitorais.

IMPUGNAÇÕES

A maior parte do tempo do conselho, no entanto, foi gasta com as impugnações de candidatos efetuadas pela Comissão Eleitoral.

Uma das relatorias, a professora Salma Tannus Muchail, da Faficla, apontou inicialmente para a apatia que cercou este processo eleitoral, com cargos vacantes e poucos candidatos se inscrevendo, daí a possibilidade de impugnações.

Já o presidente da Comissão Central Eleitoral, professor Gézio Duarte Arruda, afirmou que a Comissão seguiu todos os critérios aprovados e que foram apresen-

tados 39 recursos, dos quais somente quatro receberam provimento.

Ao final da discussão ficaram acertados parâmetros para todos os casos que demandaram recursos (veja no quadro abaixo).

Os estudantes também apresentaram um recurso contra a candidatura do professor Vidal Serrano à direção adjunta da Faculdade de Direito, pois o mesmo pertence ao Ministério Público, o que impede que outro cargo público seja assumido. Mas o recurso foi convenientemente empurrado para baixo do tapete por falta de tempo para a sua discussão.

Decisões do Consun sobre casos excepcionais

- 1- Podem se inscrever os professores que não estejam lecionando no próprio curso;
- 2- Podem se candidatar Professores que não pertençam à carreira;
- 3- Professor sem o título de doutor, pode concorrer, desde que não exista outro doutor no departamento;
- 4- Foi mantida a proibição para candidatos que excedam dois mandatos consecutivos;
- 5- Serão mantidas as impugnações para candidatos em período probatório;
- 6- Caso o candidato titular de uma chapa for impugnado a chapa será vetada.

EDITORIAL

Governo viola a Constituição sobre o direito indígena

Nunca se falou tanto em Estado de Direito, democracia, justiça, cidadania e reparação histórica. Mas quando se trata dos direitos reais, econômico-sociais, dos explorados e oprimidos nada de tais pressupostos tem valor. É o que acabamos de assistir com a desocupação policial da fazenda Buriti, no Mato Grosso do Sul, e o assassinato do índio terena Oziel Gabriel.

O governo e as autoridades judiciais violam abertamente a Constituição de 1988. Faz mais de 10 anos que as terras, nesta região, foram reconhecidas como tradicional território ocupado pelos terenas. Todos os trâmites e ritos processuais se cumpriram. Não obstante, a homologação ficou na gaveta da presidência da República.

Os fazendeiros-grileiros interpuseram obstáculos a cada fase do longo processo de demarcação. Todos os dados históricos e antropológicos, porém, mostraram inequivocamente que os terenas foram expulsos da área territorial em que viviam. Não havia mais nada que provar. O que sim havia de se apurar é como as terras passaram para as mãos de latifundiários (eu-femisticamente, chamados de "produtores rurais") e o quanto lucraram com sua exploração. Mas a lei econômico-social do capitalista é cega quando se trata de escravizar, submeter e expulsar os pobres, tanto indígenas, camponeses, quanto originários.

Exatamente, o violento conflito dos terenas com os latifundiários se deve a essa lei. A Constituição previa que em cinco anos o Estado deveria resolver a questão indígena, uma vez que se reconhecia sua condição de etnia e de povo originário do Brasil. Passaram-se 25 anos e pouco se fez.

Os terenas não ocuparam terras dos latifundiários-grileiros, mas sim suas próprias terras. Bastou um juiz federal de 1ª instância para se desfazer uma violenta ação pela Polícia Federal e Polícia Militar do Estado do Mato Grosso do Sul. Como se sabe, a justiça é

controlada pelas oligarquias, principalmente nas esferas regionais. Não foi difícil para o ex-deputado do PSDB e "proprietário" da fazenda Buriti, Ricardo Bacha, conseguir uma liminar de reintegração de posse. O Ministério da Justiça, por sua vez, não pensou duas vezes em enviar a PF para auxiliar a força repressiva do governador do PMDB, André Puccinelli.

Diante do assassinato de Oziel, o governador jogou a responsabilidade na PF, afirmando que a PM não portava arma letal. Depois o comandante da operação, desmentiu Puccinelli. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, declarou intenção de apurar o ocorrido. Tudo uma farsa. Logo em seguida, outro terena foi alvejado pelas costas por matadores contratados pelos fazendeiros-grileiros e pode ficar paraplégico.

E por quê de toda essa violência? Porque as propriedades privadas dos grileiros estão acima da propriedade coletiva dos terenas. O governo Dilma acionou a exigência da bancada latifundiária de se aprovar uma medida constitucional (PEC) para desfazer a prescrição da Constituição de 1988. Querem mudar os critérios de reconhecimento dos direitos indígenas e dar primazia aos interesses do agronegócio. A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, está encarregada de promover o golpe legal contra os povos originários.

É necessário que os sindicatos, centrais sindicais, movimentos, os trabalhadores e juventude organizem a luta de apoio aos indígenas, exigindo que se cumpra imediatamente a Constituição, que se entregue as terras aos terenas, que se investigue como o Sr. Bacha tomou posse de parte do território indígena, que se apure o assassinato de Oziel e o atentado a seu primo, que se puna os responsáveis e que o Estado garanta o direito de autodeterminação dos povos indígenas.

Diretoria da APROPUC

Reitora nomeada se manifestará "o mais rápido possível" sobre processo

Em contato com o *PUCviva*, a assessora da professora Anna Cintra informou que o relatório sobre o processo político instaurado contra a professora Bia Abramides, diretora da APROPUC, ainda não havia chegado às mãos da reitora. Porém, tão logo o parecer da comissão processante seja entregue a Anna Cintra, sua resposta deverá ser rápida.

Por outro lado, as manifestações de solidariedade continuam chegando à APROPUC. Na semana passada registraram seu apoio: A.J. Medeiros Netto - Uninove; Adriana Eiko Matsumoto - Estudante - PUC-SP; Ana Lúcia Castro Salvador - Fac. Mauá; Aníbal Quijano - Sociólogo Peruano; Bruno Ferreira Teixeira - Serviço Social da UFF - Rio das Ostras; Bruno Peixoto Carvalho - Psicólogo e Prof. - Intersindical; Bruno Simões - Psicólogo - Doutorando Pós em Ser. Social - PUC-SP; Capello Marina - Profª - Facultad d'ETrabajo Social Universidad Nacional de La Plata; Carina Moljo - Profª da UFJF; Carmelita Costa-USP; César Fernandes-Luta AntimanicomialParaná; Cláudia Amorim - Governo Est. de Pernambuco; Cláudia Falzoni Amaral Rosa - Unimes; Cristiane de Castro e Almeida - Doutoranda Ciências Sociais PUC-SP - Profª CEFET-MG/Campus; Cristina Brites - Profª Adjunta UFF; Danilo Cajazeiro - Geógrafo; Débora Cristina Goulart - Profª Unesp - Marília; Edaléa Maria Ribeiro - Profª UFSC; Egberto Moraes Spricigo

- Esportista; Eliane Gonçalves da Costa - Profª da Universidade IMENSU; Eliane Maciel - Profª da Universidade Fed. da Paraíba; Evelyn Seco Faquin-UERJ; Guilherme S. de Almeida Faculdade de Serviço Social - UERJ; Ícaro dos Passos Gaya- Estudante - Pela vida à arte na rua; Isabela Fadul de Oliveira - Faculdade de Direi; João Gomes - Prof. - Unicamp; Jolinda de Moraes Alves - Professora Chefe do Departamento de Serviço Social - Universidade Estadual de Londrina; José Menezes Gomes - Profª na Univ. Fed. de São Luis; Karoline Portela LER-QI; Leila Baumgratz delgado - Profª da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; Lighia B. Horodyski Matsushige - Profª aposentada IF/USP; Lucia Maria Soares - Serviço Social da Univ. Federal Fluminense, Polo de Rio das Ostras; Lucilene Gomes - Profª UNIFIA; Marco José Duarte - Prof. Serviço Social da UERJ; Maria Inez Marques - Docente Universitária FAFIPA; Maryluce Mesquita - Profª UNB; Mauricio Orestes Parisi - Prof. da Sec. Municipal de Educação; Mauricleia Santos - Profª S.S-Faculdade Mauá; Michelly Ferreira M. Elias - Profª SS da U. Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Milton Pinheiro - Prof. de Ciência Política da Univ. do Est. da Bahia; Vânia Manfroi - Profª SS-UFSC.

A professora Anna Garzone solicitou que seu nome seja retirado da lista de solidariedade à professora Bia Abramides.

PUCviva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar - Fone: 3670-3391.

PUCviva: 3670-3391 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

continuação da página anterior

Paula Albuquerque Grillo e Salma Tannus compõem a comissão puquiana.

Os presentes saudaram os estudantes e professores no auditório, ressaltando a importância das comissões da verdade que vêm sendo articuladas pelo país nos últimos tempos, mas principalmente avaliando que, por ter sido um polo de resistência à repressão, a PUC-SP tinha papel fundamental na busca pela justiça.

Luiza Erundina contou parte de sua história, desde quando veio para São Paulo e entrou na PUC-SP como professora do curso de Serviço Social, tempos antes de se tornar deputada. Em sua fala, Erundina declarou que a Comissão da Verdade, ao contrário do que muitos pensam, "não deve ser usada para conciliar o inconciliável, as torturas físicas e psicológicas pelas quais passaram muitos dos presentes e os desaparecidos".

A comissão foi articulada entre estudantes e professores da universidade, que lançaram um pequeno manifesto sobre a importância da comissão. Segundo o texto, "a Comissão da Verdade tem como objetivo investigar e esclarecer as graves violações aos direitos humanos e à comunidade puquiana, ocorridas entre os anos de 1964 e 1988, em busca de justiça e de uma história que ainda precisa ser desenterrada, para assim constar na memória do Brasil e no acervo digital que será criado e disponibilizado ao fim dos trabalhos. A Comissão também irá abordar as formas de resistência da PUC-SP, motivos pelos quais é lembrada com grande respeito até os dias atuais".

A APROPUC, através de sua diretora Priscilla Cornalbas, leu um manifesto no qual destacava a situação atual da PUC-SP, onde a repressão ainda se faz presente (leia íntegra do documento na página 6).

MOVIMENTOS SOCIAIS

Índios ocupam terra no MS

Índios Terenas entraram na tarde de domingo, 2/6, na fazenda Cambará, em Sidrolândia (72 Km de Campo Grande), em protesto contra a morte de um índio ocorrida durante a reintegração de posse da fazenda vizinha, Buriti, ainda na quinta-feira 30/5.

Agora são três as fazendas ocupadas na região - os índios já estavam, desde sexta-feira

31/5, nas fazendas Buriti, em Sidrolândia, e Esperança, em Aquidauana (a 139 km de Campo Grande).

O indígena se chamava Oziel Gabriel, tinha 35 anos, e a autópsia sobre sua morte deve sair nos próximos dias. O etnecídio dos povos indígenas tem sido uma constante nos conflitos agrários no país, mas, principalmente, no Mato

Grosso do Sul.

O protesto foi realizado um dia após líderes indígenas terem se comprometido com o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) a não fazer novas invasões no estado do Mato Grosso do Sul por 15 dias. Em troca, o CNJ intermediaria uma possível reunião dos índios com a presidente Dilma Rousseff.

Funcionário aderem a greve da Unesp

Os funcionários da Unesp entraram em greve nas unidades do Centro-Oeste Paulista na segunda-feira, 3/6. Além deles, os estudantes já estavam sem frequentar as aulas desde abril. Em Bauru, 70% dos servidores técnicos e administrativos da Unesp aderiram à paralisação que foi decidida em assembleia, realizada na semana passada.

Os trabalhadores rejeitaram a proposta de reajuste salarial de 5,39% oferecida pela reitoria. Eles pediam aumento de 11%, entre outras reivindicações.

O movimento também ocorre em Marília e em Ourinhos, mas com protagonismo

dos estudantes. Eles querem a ampliação do restaurante comunitário, da bolsa de apoio ao estudante e a garantia de mais moradias. Ou seja, um verdadeiro pacote de assistência estudantil.

A reitoria da Unesp, em São Paulo, informou que apenas parte dos servidores técnico-administrativos está paralisada, e que os serviços essenciais estão sendo realizados normalmente nas unidades. A reitoria afirmou ainda que assembleias serão realizadas nesta semana nos campi para discutir as reivindicações dos funcionários com a direção da universidade.

Marcha da maconha em SP

No último sábado, 8/6, aconteceu mais uma Marcha da Maconha, dessa vez em São Paulo. Depois que foi "legalizada" pelo STF, em 2011, as marchas, que já eram organizadas em mais de 30 cidades do país, cresceram pelas ruas

pedindo a descriminalização da planta.

Uma vez que no sábado, 8/6, essa edição do *PUCviva* já havia sido fechada, no próximo jornal traremos fotos e mais informações sobre a Marcha da Maconha na capital.

Audiência em SP lembra militantes assassinados

Nessa quarta-feira, 12/6, às 18h na Assembleia Legislativa de São Paulo, será realizada uma audiência pública em memória de dois militantes do PSTU mortos há 19 anos. A iniciativa é organizada pelo deputado Adriano Diogo (PT) e promovida pelo partido socialista.

José Luís e Rosa Sundermann foram assassinados na região de São Carlos, interior paulista, no dia 12 de junho de 1994. Ele era dirigente sindical da UFSCAR e ela, do PSTU.

Apesar da brutalidade do assassinato, o crime se mantém impune, assim como muitos ocorridos visando a militantes e movimentos sociais.

Segundo o PSTU, a principal suspeita de quem teria sido o mandante do assassinato reside sobre usineiros da região, principalmente da Usina Ipiranga, que foi palco de uma greve então protagonizada pelos militantes mortos.

Ato no Tucarena instala Comissão da Verdade da PUC-SP

Aconteceu na quinta-feira, 6/6, no Tucarena, o ato de instalação da Comissão da Verdade "Reitora Nadir Gouvêa Kfourri" da PUC-SP. Criada no dia 10/5 deste ano, a comissão leva o nome da ex-reitora da universidade, que foi figura de resistência à ditadura militar e seus protagonistas, impedindo, inclusive, a entrada dos militares no campus de Perdizes em 1977.

O ato teve presença de Paulo Abrão Jr., presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e Secretário Nacional de Justiça, Eloisa Arruda, secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Glenda Mezarobba, da Comissão



A mesa de instalação da Comissão da Verdade da PUC-SP

Nacional da Verdade, Adriano Diogo, deputado estadual pelo PT e coordenador da Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva", Luiza Erundina, deputada federal pelo PSB, Ivan Seixas, tam-

bém da Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva" e o professor Padre Edenio Reis, membro de honra representando a Comissão da Verdade da PUC-SP. Além do professor Edenio, os pro-

fessores Antonio Carlos Malheiros, Heloisa Cruz, Leslie Beloque, Marijane Lisboa, Rosalina Santa Cruz, Ana

continua na próxima página

Manifesto da APROPUC em defesa da Verdade

As trevas obscurantistas que assolaram o Brasil no período da ditadura militar a partir de 1964 deixaram, e ainda deixam, consequências indelévels na vida do país: perseguições políticas, desaparecimentos e assassinatos de militantes políticos, cerceamento da liberdade de expressão e manifestação, e arbitrariedades de toda ordem. A Comissão da Verdade "Reitora Nadir Gouvêa Kfourri" ora instalada na PUC-SP tem como missão apurar as situações de violência política e os fatos relacionados ao período da ditadura militar na PUC-SP, que desempenhou um papel de resistência, representada na icônica foto da então reitora Dra. Nadir Kfourri de dedo em riste defendendo a universidade da invasão pela polícia sob o comando de Erasmo Dias.

Contudo, os anos de chumbo deixaram sementes daninhas de violência e autoritarismo que teimam em brotar

na sociedade e também na PUCSP, na tentativa de sufocar a luta pela democracia, e a consequente liberdade de expressão e de debate políticos. As demissões em massa de mais de mil professores e funcionários na reitoria de Maura Veras em 2005/2006 foi uma dessas violências arbitrárias. A retirada de estudantes que ocupavam a reitoria reivindicando democracia no debate sobre o estatuto em 2007, sob força policial, chamada pela mesma reitoria de Maura Veras, é inadmissível em um estado democrático e se configura como uma contraposição ao ato da reitora Nadir Kfourri que enfrentou as forças policiais da ditadura.

A atual reitoria em exercício da prof. Anna Cintra, que não foi legitimada por força do voto da maioria da comunidade, já começou sua gestão com um ataque à democracia. Seu Ato 13/2013, posteriormente revogado por pressão

da comunidade universitária, proibindo manifestações públicas nos campi da PUCSP, se caracteriza claramente como uma medida totalitária que remete ao AI-5 da ditadura militar. O recente Processo Administrativo instaurado pela reitora Anna Cintra contra a diretora da APROPUC, Prof. Maria Beatriz Costa Abramides, é mais um atentado à liberdade de representação, de expressão e de manifestação coletiva, na tentativa de calar as vozes dissonantes com instrumentos repressivos e punitivos travestidos de "legalidade".

No Brasil, a violência e repressão por meio da força do Estado pode ser constatada cotidianamente, nos ataques aos indígenas em luta por suas terras ancestrais, na repressão aos movimentos sociais em luta por moradia, por educação e pela saúde, por exemplo, penalizando a população pobre e alijada de direitos mínimos em um Esta-

do que privilegia o capital.

Estas são apenas algumas das razões pelas quais não apontamos o ano limite de 1988 para investigações de uma "Comissão da Verdade". As medidas violentas e repressivas para garantir o poder da classe dominante pela força não se encerraram após 1988, com o chamado Estado de Direito. Continuam vicejando por meio da judicialização e perseguição política dos movimentos coletivos de luta dos trabalhadores. Consideramos que a Comissão da Verdade que queira de fato desvelar as raízes da repressão política deve ser constituída por trabalhadores já que são eles que cotidianamente sofrem com o caráter opressivo da sociedade de classes. Só assim será possível investigar todas as formas de repressão que vêm ocorrendo na sociedade brasileira, mesmo após a Constituinte de 1988 e suas consequências funestas.

Diretoria da APROPUC

CRISE NA PUC-SP

Atravessei todas as grandes crises da PUC-SP. E entendo que a tensão gerada por essas crises é uma condição natural, principalmente devido à atuação de Dom Paulo, porque ele dava sempre muita tensão ao que a PUC dizia, o que permitiu acertos e erros. No fundo nós tivemos mais acertos porque a PUC-SP se tornou uma universidade importante no país. Eu diria que entre as universidades não públicas, a PUC-SP tem uma produção fundamental em várias áreas, com mais projeção nas humanidades, porém podemos destacar que Sorocaba vive em torno da PUC. Por isso posso dizer que há uma presença muito grande da nossa universidade na sociedade em geral, mas como ela se expõe também tem muita visibilidade. Nós não sabemos de muita coisa que ocorre em outras universidades, mas a PUC-SP é diferente porque ela é aberta. De repente nós entramos numa fase de

não discussão, e isso devido a vários fatores. Hoje me preocupa a separação entre a vida acadêmica, que é o capital da PUC, e a sua vida econômica. Vamos pegar, por exemplo, um setor muito pequeno que tem um funcionário eficiente e faz este setor ser muito visível na PUC-SP. Será que demitir um funcionário de 20 anos porque é caro representa uma economia real? Há setores importantíssimos, para a vida social ou acadêmica, que parecem muito e que hoje estão sendo amarrados, calados. Eu estou muito envolvida com as publicações na universidade, considero um escândalo, no bom sentido, a quantidade de revistas aqui produzidas. Será que uma pessoa que coordena tudo isso é descartável? Não podemos voltar à situação que eu enfrentei, de inadimplência

geral. Devíamos para Deus e o mundo, brigávamos com o lado de fora porque não tínhamos como pagar, e do lado de dentro não se recebia. Mas isso é contingência de um período histórico que não é particular à PUC. E nós sobrevivemos, talvez, gastando um pouco mais. Nós temos um pequeno problema, nós sempre mandamos muito, e, de repente, tem quem mande na gente. Mas hoje o diálogo entre a instituição real e a autoridade não está acontecendo.

Nós nunca tivemos diálogo com a mantenedora porque éramos autônomos. Nós aprendemos a ser autônomos sem nos preocupar com a questão do dinheiro, que é séria no nosso caso. Porém, nós tínhamos muito mais ajuda governamental antes de mim. Durante o meu mandato ocorreu a grande crise do Brasil.

A CRISE DA PUC-SP

LEILA BÁRBARA



LU SUDRÉ

"Vivemos uma fase tristíssima para quem sempre esteve envolvido com a PUC-SP"

Leila Bárbara, professora do pós-graduação da Faficla, está na universidade desde 1964, passou pela maioria dos cargos da PUC-SP, inclusive o de reitora, entre 1988 e 1992. Hoje ela nos dá um importante depoimento, no qual analisa a situação atual, comparando-a com sua gestão na direção da universidade e aponta alguns caminhos para sairmos da atual crise.

Mas nós precisamos voltar a olhar a PUC-SP como uma entidade importante, que produz muito conhecimento, e por isto internamente nós precisaríamos saber quem gasta bem e quem gasta mal, quem custa e está trabalhando fortemente, contribuindo para o desenvolvimento da ciência e da educação, e quem não está. Não estou falando em pessoas, estou falando dos organismos que têm essas características. Há muita gente que é muito importante na PUC-SP que talvez não esteja sendo visível o suficiente. Hoje nós estamos numa grande encruzilhada: ou nós nos fortalecemos enquanto instituição, não só pelo bolso, ou nós vamos perecer, porque corremos o risco de dispensar os cérebros e ficar somente com a mão de obra.

Esta mudança revoltou. Principalmente porque o escolhido foi o menos votado. Era uma diferença pequena? Sim, mas é isto que uma votação pretende dizer. Seria melhor se houvessem três pessoas se candidatando e nós que ficássemos quietos. Talvez tenhamos que voltar para um sistema bem diferente de escolha, o que nesse momento é muito difícil, principalmente porque não há diálogo, nem com a reitoria, nem com a Fundação. Cada uma fica isolada no seu canto. Nunca tivemos isto, nunca tivemos porta de reitoria fechada (talvez existam razões para ela ficar fechada), mas isso não é PUC-SP, nem as instituições mais clássicas no sentido de governança fazem isso. Como é

continua na próxima página

continuação da página anterior

que a gente pode não ter contato com as autoridades?

Dentro da PUC-SP existe um grande número de pessoas que está trabalhando com força há muito tempo, que tem muita vontade de ver essa PUC-SP ir pra frente. Gente de várias tendências, não somente aqueles que lutavam por liberdade, mas tem muita gente quieta. Não seria importante procurar um meio de comunicação que nos pusesse mais próximos, tanto a direção formal, como esta outra direção permanente, digamos?

Tem muita gente que manda aqui dentro e manda bem, tem gente que mandava aqui dentro e mandava bem. Com todas as diferenças de personalidade, de visão de mundo, com tudo isso, o que é uma universidade senão um ser universal. Nós precisamos ter a diversidade, senão não servimos para nada. Nós somos uma universidade estabelecida, e precisamos viver como adultos, com direitos e deveres. Hoje estamos sem direitos, pouquíssima gente diz "eu estou bem na PUC-SP". Pessoalmente eu não estou preocupada, porque não vou ser mandada embora.

Hoje nós não temos mecanismos democráticos para analisar nossa produção. Quem entende dos Currículos Lattes para fazer um estudo deles? Por exemplo, no período em que fui reitora, não produzi nada do meu currículo pessoal durante quatro anos. Aí eu pergunto: quem está fazendo esta universidade? Será que toda essa gente que faz o trabalho braçal e cerebral dessa universidade não deveria ser ouvida?

Eu encontro os antigos reitores às vezes no restaurante e quando conversamos ficamos pisando em ovos, trocamos uma palavrinha ou outra. E nós vestimos a camisa da PUC-SP. Mas há um grupo grande de pessoas aqui dentro que rasgou a camisa, elas estão muito desanimadas, vemos a tristeza nessas pessoas. Esta é uma fase tristíssima para quem sempre esteve envolvido com a universidade. Como estamos num organismo grande,

tem gente que está interessada no dinheiro, no título, tem gente que está por causa do nome, mas tem muita gente que ainda veste a camisa.

ELEIÇÕES GERAIS

É interessante perguntar-mos: quantos cargos estão sem candidatos? As pessoas não estão se envolvendo, algumas pessoas sem dúvida importantes estão se candidatando. São uns teimosos. É uma pena ser apenas teimoso. A Fafcla está numa situação melhor, porque nossos candidatos estão dando a cara à tapa.

Eu entendo as exigências de título, porque estamos numa universidade. Por outro lado, em algumas áreas, as exigências da academia têm que incluir fatores diferentes. Por exemplo, uma pessoa importantíssima em Jornalismo pode não ser doutor, para isso existem títulos honorários. Doutor é o diploma acadêmico e ele tem que ser pensado tendo em vista a produção global do indivíduo. Será que todas as chefias precisam ser doutoradas? Eu sou absolutamente contra que alguém que entrou semana passada seja chefe, tem que ter um tempo mínimo de casa. Passar por um título não é fácil, tem que ter, além de tudo, uma condição física, econômica, o que se constitui num filtro. Hoje vemos universidades que estão dando doutorados de presente, e isso não é o que queremos. Queremos gente competente e que possa ser competente de várias maneiras. Um grande psicólogo pode não ter feito doutorado, o que não acontece na linguística, por exemplo. Nós temos uma ex-aluna que é ombudsman da Folha de S. Paulo, e isso lhe dá condição de trabalhar aqui na PUC-SP. Esse tipo de gente é o que queremos na academia, e aí entra a questão do tempo integral, pois para certas áreas, o tempo integral é menos importante.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Eu pergunto: dirigente sindical tem que ser sindicalizado? Na

minha opinião, dirigente sindical tem, por função, criar problemas. Eu pensava que os diretores das associações de categoria tivessem imunidade durante certo período. Sou contra que essa imunidade persista pela vida toda, mas pelo menos durante sua gestão e mais dois anos depois isto deveria acontecer, porque senão ele não pode falar, e se não pode falar não está no cargo.

Por outro lado, quanto aos estudantes, o máximo que pode acontecer é eles sofrerem uma penalidade, mas não um processo administrativo. Talvez a exigência de prestar um serviço comunitário, a exigência de andar de verde, sei lá... Já um estudante de mestrado que copiou uma tese tem que ser penalizado, porque isso é uma ofensa grave. O aluno que entrou com uma cola na sala de aula tem que ser punido. O indivíduo que quebra o vidro da universidade tem que ser punido institucionalmente. A associação tem que pagar. É claro que ninguém pode ser despedido sem provas. Tem que existir um processo muito forte.

Agora, no caso da professora Bia, não é ela quem está falando. Fomos nós quem delegamos a ela o direito de falar, então temos que ser punidos todos.

SOLUÇÕES PARA A CRISE

Deve sim haver uma retomada de percurso, mas nunca voltarmos ao mesmo lugar. Mas há princípios básicos aos quais temos que retornar. Eu até discuto se nós temos que votar para todos os cargos, se precisaremos de lista triplíce para alguns casos, o que não pode acontecer é estarmos aliados do sistema, nós só recebemos informações finais. Se nós temos uma Fundação, vamos fazer com que ela nos represente pelo menos em nível de conselho. Vamos ter que encontrar um caminho onde possamos atuar efetivamente, porque de academia quem entende somos nós. Podemos ser grandes acadêmicos e sermos alienados, mas aqui na PUC-SP temos muitos grandes acadêmicos que não são alienados.

Então esta é a nossa questão fundamental: qual a nossa função na direção da universidade? Existem algumas funções que são inalienáveis, como a da escolha do profissional que leciona aqui. Temos que ter critérios porque nem todos os profissionais que entram na universidade são bons. Podemos pegar currículos maravilhosos que são perniciosos, que vão destruir a coesão do grupo, que podem mudar a direção da universidade.

Tivemos um período em que houve uma grande facilidade para escolher, que foi o período em que os expulsos das outras universidades retornavam. Alguns deles ficaram aqui por anos a fio, e carregam a PUC-SP consigo. Alguns ficaram pouco tempo e foram embora. E nós devemos tudo isso à Fundação, pois era Dom Paulo quem fazia isso, foi ele quem guardou muita gente em sua casa.

Eu sei que a Fundação atual entrou com uma função muito árdua, que é recuperar a universidade, mas será que tudo que existia no passado é descartável? Existe muito gente boa por aí vindo, mas existe também muita gente boa indo embora, e isso é o que nós não queremos. Construir leva muito tempo, mas destruir é muito rápido. Para mim está muito claro que a Fundação não quer destruir nada que seja "bom" para a PUC-SP, mas duas ou três pessoas não têm instrumentos para isso, não existe onisciência. A PUC-SP é uma instituição historicamente muito especial, e é muito perigoso tirar esse caráter especial da PUC-SP. Temos que por a casa em ordem porque crescemos de descontroladamente, mas será que foi tão ruim assim? Será que o dinheiro que entra é tão importante assim? Será que vamos partilhar igualmente dos recursos gerados internamente.

Eu não sei se as demissões estão sendo por mera economia, ou é questão de botar outro no lugar porque isso é natural numa mudança de gestão, todo mundo quer colocar seu eleitorado, isto pode ser ruim ou bom.

Eleições apontam nova diretoria para a AFAPUC

As eleições para a renovação da diretoria da AFAPUC apontaram a vitória da chapa AFAPUC de Todos, única inscrita ao pleito. De um colégio eleitoral composto de 566 associados a chapa obteve 244 votos, contra nove em branco e quatro nulos, totalizando 257 votantes.

A nova diretoria é presidida pelo funcionário Francisco Cristóvão, da Biblioteca Central do campus Monte Alegre, tendo como seu vice

Benedito Arão dos Santos, de Sorocaba Também fazem parte da chapa Monica F. Souza Silva, Flavio Luis Nogueira, Nalcir Antonio Ferreira Jr. e Paulo Cesar Albanez. O Conselho Fiscal é formado por Cleonice R. de Oliveira Duarte, Ricardo Neves de Oliveira, Célia Regina de Aro, Soraia Felix dos Santos, José Aparecido Zanetti e Emerson Aguiar Freitas.

Entre as propostas para o biênio 2013/2015, a "AFA-

PUC de Todos" tem por objetivo a melhora na qualidade dos serviços prestados; a inclusão de novas parcerias e convênios; a conquista do plano de assistência odontológica; divulgação e exploração da marca AFAPUC, bem como a intenção e viabilização de aquisição de sede própria da AFAPUC.

Porém, seus integrantes lembram que "os esforços não são meramente exclusivos da futura Diretoria

da AFAPUC, mas sim coletivos, o que requer uma participação mais efetiva dos funcionários, dialogando com seus pares e demais segmentos, pois só assim com o enfrentamento dessas questões junto à Fundação São Paulo, é que poderemos avançar no processo de uma Pontifícia Universidade Católica mais humana e pluralista, preservando, desse modo, o diferencial que nos sucede".

FALA COMUNIDADE

Sobre a Deliberação 02/2013 do CONSAD

Luiz Augusto de Paula Souza

Em nome da clareza sobre a análise que fiz a respeito da reedição de Deliberação do CONSAD (agora sob o número 02/2013) na reunião ordinária de maio do CONSUN, é preciso dizer que minhas considerações estavam contextualizadas por um conjunto de argumentos, entre os quais destaco:

- Não considero adequado parametrizar horas administrativo-acadêmicas por uma única variável, ainda mais por uma estritamente contábil, pois isso negligencia outras variáveis acadêmicas e institucionais relevantes, inclusive critérios de avaliação do MEC/INEP. Além disso, na Deliberação, o parâ-

metro quantitativo sequer configura critério, pois não há explicitação dos números que gerarão tal ou qual carga contratual de horas administrativo-acadêmicas;

- A comunidade acadêmica não tem conhecimento dos possíveis impactos econômico-financeiros da aplicação da Deliberação, nem do peso desses e de outros custos no orçamento da universidade, inclusive daqueles realizados pela mantenedora, que possui vários assessores e funcionários. Como a própria mantenedora diz, é necessário ser republicano, ou seja, as regras devem valer para todos, uma vez que as receitas da universidade custeiam mantenedora e mantida. Sem os dados à mesa não me parece pos-

sível avaliar adequadamente a situação ou formular propostas no campo da sustentabilidade, buscando evitar, simultaneamente, prejuízos às combatidas condições acadêmicas e acadêmico-administrativas da universidade;

- O estabelecimento de 05 horas como piso de certos intervalos previstos na Deliberação é uma desvalorização ou, pelo menos, um desconhecimento de atividades de gestão acadêmica da maior relevância e de volume considerável (coordenações de Cursos e Programas, por exemplo). Não por acaso, a recomendação do MEC/INEP é de que a atividade de coordenação de curso seja realizada com, ao menos, 20h semanais, sem as quais perdemos notas nas avaliações periódicas

desse órgão.

- Por fim, a possível revisão semestral, pela Fundação São Paulo, das horas administrativo-acadêmicas gerará dificuldades de planejamento acadêmico e de atribuição de aulas, além de insegurança aos gestores e, por conseguinte, a seus representados.

Sendo assim, a reedição de tal medida, como já havia declarado publicamente quando de sua primeira edição, não me parece produtiva, nem saída adequada para problemas que reclamam soluções estruturais e pactuadas. Foi essa a essência de minha fala na referida reunião do CONSUN, a qual reitero.

Luiz Augusto de Paula Souza é Diretor da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde